



**AICCOPN**

Associação dos Industriais da Construção  
Civil e Obras Públicas

**RU-15**

**REABILITAÇÃO URBANA**  
INTELIGENTE E SUSTENTÁVEL



**GUIA DE REFERÊNCIA E BOAS PRÁTICAS ABRIL 2018**

# JÁ CONHECE O #MUNDOAICCOPN?



**AICCOPN**

Associação dos Industriais da Construção  
Civil e Obras Públicas

SERVIÇO DO ASSOCIADO  
SERVIÇOS DE ECONOMIA  
SERVIÇOS DE ENGENHARIA · ALVARÁS  
SERVIÇOS JURÍDICOS  
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E INTERNACIONALIZAÇÃO  
SERVIÇOS DE PREVENÇÃO E MEDICINA DO TRABALHO  
CENTRO NACIONAL DE ARBITRAGEM · CONSTRUÇÃO  
FORMAÇÃO PROFISSIONAL



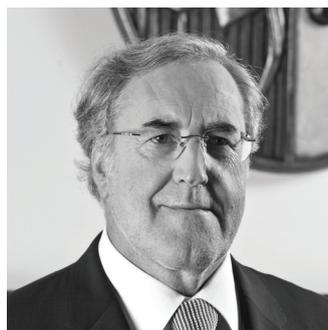
**WWW.AICCOPN.PT**

RUA ÁLVARES CABRAL, 306 · 4050-040 PORTO · PORTUGAL

T: +351 223 402 200 · GERAL@AICCOPN.PT

MANUEL REIS CAMPOS

# R.U.-I.S. REABILITAÇÃO URBANA INTELIGENTE E SUSTENTÁVEL: UMA MARCA DA AICCOPN QUE É UM SÍMBOLO DE CONFIANÇA



**AICCOPN**  
PRESIDENTE

O território tem de ser perspectivado como um todo, reforçando a coesão nacional e devem ser corrigidas as assimetrias regionais, assegurando a igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso às infraestruturas, equipamentos e serviços. São estes os grandes desafios que Portugal enfrenta e para os quais o papel do Setor através do desenvolvimento de uma Reabilitação Urbana Inteligente e Sustentável é um vetor essencial. Gradualmente, por todo o País, nas obras de reabilitação urbana, estão a surgir os cartazes que identificam a empresa construtora como uma empresa qualificada com a marca R.U.-I.S., uma das ações deste projeto, desenvolvido pela AICCOPN e com o apoio do Norte 2020, que visa diferenciar e promover as empresas de construção e os princípios da sustentabilidade e da inteligência nas obras de reabilitação. O nível de adesão das empresas, é bem revelador do seu interesse e importância e, neste momento, já são os donos de obra que, ao reconhecerem nesta marca uma mais-valia, exigem uma empresa qualificada no momento da contratação da empresa construtora.

Ao promover as empresas de construção, o R.U.-I.S., assume-se como um instrumento de combate à clandestinidade, ao trabalho ilegal, à insegurança e aos riscos agravados nas obras de reabilitação urbana. O mercado tem de distinguir quem, verdadeiramente, trabalha com qualidade, com segurança e responsabilidade e a Marca R.U.-I.S. é o espelho dessa confiança que queremos ver reforçada por todo o País.

Com iniciativas como a elaboração desta nova edição do Guia de Referência e Boas Práticas, e com a solidificação desta marca da AICCOPN dedicada à Reabilitação Urbana e à qualificação do tecido empresarial, à qual já se juntaram centenas de empresas que dão, a todo o mercado, a garantia do cumprimento de um referencial de qualidade e de cumprimento de regras legais e de segurança que são importantes para todos nós, podemos dizer que a nossa visão para a Reabilitação Urbana Inteligente e Sustentável, alargada a todo o País, está cada vez mais perto.

P. 20  
**CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA  
– UM BALANÇO CRÍTICO**

Vasco Peixoto de Freitas, FEUP



P. 22  
**RISCO SÍSMICO EM EDIFÍCIOS  
– AVALIAÇÃO DA SEGURANÇA  
E REFORÇO ESTRUTURAL**

Alexandre Costa, ISEP/NCREP

António Arêde, FEUP

P. 24  
**DIAGNÓSTICO E BOAS PRÁTICAS  
NA REABILITAÇÃO URBANA**

Vasco Peixoto de Freitas, FEUP





**P. 26**  
**REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO  
DE ESTRUTURAS DE MADEIRA**

Amorim Faria, FEUP/SOPSEC



**P. 28**  
**A SEGURANÇA EM OBRAS DE  
REABILITAÇÃO URBANA**

Tato Diogo, FEUP



**P. 30**  
**EXEMPLO PRÁTICO DE  
BOAS PRÁTICAS NA RU**

Ricardo Santos, Engenheiro Civil da Construtora Rielza

BALANÇO

# REABILITAÇÃO É CHAVE NA ESTRATÉGIA HABITACIONAL DO GOVERNO

Confirmando a importância do setor nas grandes opções governativas, a secretária de Estado da Habitação, Ana Pinho, marcou presença na V edição da Semana da Reabilitação Urbana do Porto para explicar a 'Nova Geração de Políticas de Habitação' e acompanhar a apresentação do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas - IFRRU 2020.

---





A reabilitação urbana é uma das componentes chave da política habitacional do Governo, que se pauta por um «*espírito integrado e global*» que norteia esta estratégia para «*o problema da habitação*». Foram as palavras de Ana Pinho, secretária de Estado da Habitação, durante a sessão de abertura da Semana da Reabilitação Urbana do Porto, no dia 6 de novembro. Na ocasião explicou que as '*Novas Políticas de Habitação*', aprovadas no mês de outubro, em reunião do Conselho de Ministros, «*assentam em dois pilares: garantir habitação e criar as condições para que a reabilitação do edificado passe a ser a regra e não a exceção*».

Depois de regimes excecionais e transitórios, a governante acredita que «*neste momento é necessário um quadro regulamentar adequado às exigências e especificidades da reabilitação de edifícios, queremos garantir um quadro adequado*», contexto no qual foi aprovado o projeto '*Reabilitar com Regra*', que visa rever o enquadramento legal da construção.

No Orçamento do Estado para 2018, o Governo quer também «*alinhar o regime jurídico dos benefícios fiscais para a reabilitação*», como benefícios fiscais para as Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) ou edifícios com mais de 30 anos. O Programa Reabilitar para Arrendar está também contemplado, num esforço de «*compensar falhas do mercado de arrendamento*».

Sem esquecer o Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE), cujo regulamento já foi aprovado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ou o Programa Casa Eficiente, uma linha de financiamento na ordem dos 200 milhões de euros para melhorias de eficiência energética.

Outra das novidades é o Programa 1º Direito, que irá substituir o PER ou o ProHabita, e o Porta de Entrada – Programa de Apoio ao Alojamento Urgente, desenvolvido para suportar despesas imediatas de quem se vê privado da sua habitação. Em destaque está também o Programa de Arrendamento Acessível que pretende dar um novo impulso ao mercado de arrendamento de longa duração através redução de vários impostos, designadamente o IRS ou IMI.



Tertúlias | Prémios | Workshops

RU-15  
REABILITAÇÃO URBANA  
INTELIGENTE E SUSTENTÁVEL

APOIO

Porto.

APOIO INSTITUCIONAL

PORTO VIVO  
Sociedade de Reabilitação Urbana

A400  
PROJETOS CONSULTORES DE ENGENHARIA



Manuel Reis Campos, presidente da CPCI / AICCOPN

## REABILITAÇÃO TERÁ «PAPEL FUNDAMENTAL» NO CONSUMO DA CIDADE DO PORTO

«Acreditamos que o consumo da cidade (com habitação, comércio e serviços) terá na reabilitação um papel fundamental, apesar de compensada com alguma construção nova em determinados pontos», notou o presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira, também na sessão abertura da Semana da Reabilitação Urbana do Porto.

O autarca recorda que «quando a Semana da Reabilitação iniciou há 5 anos esta tendência de reabilitação ainda não era conhecida, e agora é», e deixou alguns números: em 10 anos foram investidos 75 milhões de euros em reabilitação urbana na ARU de Campanhã. Rui Moreira destacou ainda a importância do investimento público, que «cria um efeito multiplicador».

Manuel Reis Campos, presidente da CPCI / AICCOPN, falou de «uma cidade diferente», transformada pela dinâmica da reabilitação urbana e do turismo. Um espaço urbano «culturalmente mais vivo», acrescentou Nuno Botelho, presidente da Associação Comercial do Porto e anfitrião da Semana da Reabilitação Urbana do Porto.

Rui Moreira,  
presidente da Câmara  
Municipal do Porto

## IFRRU 2020 JÁ ESTÁ NO TERRENO E TEM DISPONÍVEIS 1.4 MIL MILHÕES

Esta sessão foi também o palco escolhido por Abel Mascarenhas, presidente da Comissão Diretiva da Estrutura de Gestão do IFRRU 2020, para apresentar o Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas – IFRRU 2020, um modelo de financiamento a privados para execução de projetos de reabilitação urbana com uma componente de eficiência energética.

O IFRRU tem uma dotação de 1.4 mil milhões de euros para projetos de reabilitação urbana, dos quais 703 milhões dizem respeito a fundos europeus do Portugal 2020, Banco Europeu de Investimento, Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa, e aos quais acrescem os recursos da banca comercial em, pelo menos, igual montante, podendo potenciar um investimento total de mais de 2 mil milhões de euros.

No terreno continua o Fundo JESSICA, cujo «*investimento, até ao momento, de 132,5 milhões de euros já alavancou 700 milhões de euros*», contou Nuno Vitorino, Secretário-Geral do Fundo JESSICA Portugal. «*O JESSICA teve um papel pioneiro no lançamento de um instrumento de financiamento reembolsável para a prossecução de políticas públicas e que o IFRRU replica*», referiu.

Nesta sessão foi também possível ouvir António Fontes, diretor coordenador da Direção de Fomento à Construção do Santander, e Jorge Góis, diretor coordenador da Direção de Negócio Imobiliário do Millennium BCP, duas das quatro entidades bancárias selecionadas para atuar no âmbito do IFRRU 2020.




---

**O SANTANDER É O BANCO COM O MAIOR LOTE PARA FINANCIAMENTO, 548 MILHÕES DE EUROS, DOS QUAIS 293 MILHÕES DE EUROS SÃO FUNDOS PRÓPRIOS E 255 MILHÕES PROVÊM DO IFRRU 2020.**

---



Luis Saraiva, Secretário Geral da AICCOPN

## SEMINÁRIO INTERNACIONAL REABILITAÇÃO URBANA INTELIGENTE E SUSTENTÁVEL

A marca R.U.- I.S. – Reabilitação Urbana Inteligente e Sustentável, apresentada pela Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas – AICCOPN, «*pretende qualificar as empresas e aumentar os níveis de exigência profissional*», explicou Luís Saraiva, Secretário-Geral da AICCOPN. Uma necessidade reconhecida pelas empresas que responderam afirmativamente à iniciativa, que já ultrapassou a primeira centena de empresas qualificadas com a marca R.U.-I.S.

A qualificação dos profissionais é um dos elementos fundamentais na construção de cidades mais sustentáveis, «*cidades para habitar no futuro*».

---

**«AS EMPRESAS DETENTORAS DA MARCA  
R.U.-I.S. SUBSCREVEM UM CÓDIGO DE  
CONDUTA O QUAL PRESSUPÕE RESPEITAR AS  
NORMAS E BOAS PRÁTICAS DE CONSTRUÇÃO,  
O CUMPRIMENTO DAS NORMAS LEGAIS  
EM VIGOR E A TRANSPARÊNCIA NA  
RELAÇÃO COM OS SEUS CLIENTES»**

**LUÍS SARAIVA, SECRETÁRIO-GERAL DA AICCOPN**

---

---

**NO TOTAL, A EDIÇÃO DE 2017 DA SEMANA DA REABILITAÇÃO URBANA DO PORTO FOI PALCO DE MAIS DE DUAS DEZENAS DE EVENTOS, COM UMA PROGRAMAÇÃO QUE INCLUIU CONFERÊNCIAS, WORKSHOPS, TERTÚLIAS E EXPOSIÇÕES FOCADAS NA REABILITAÇÃO URBANA.**

---



---

**MAIS DE 100 INTERVENIENTES DE 80 EMPRESAS, AUTARQUIAS, ASSOCIAÇÕES, FACULDADES E ORDENS PROFISSIONAIS PARTILHARAM A SUA EXPERIÊNCIA E CONHECIMENTO SOBRE REABILITAÇÃO URBANA**

---



---

**AO LONGO DE UMA SEMANA A DINÂMICA DA REABILITAÇÃO URBANA ESTEVE NO FOCO DE TODAS AS ATENÇÕES. DESDE O FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, À TECNOLOGIA E CONFORTO PASSANDO PELO IMPACTO SOCIAL E INPUTS NAS ACTIVIDADES DO COMÉRCIO E TURISMO.**

---

06 DE NOVEMBRO

# SEMINÁRIO INTERNACIONAL REABILITAÇÃO URBANA INTELIGENTE E SUSTENTÁVEL

As nossas cidades estão cada vez mais 'inteligentes' procurando responder às necessidades de uma sociedade cada vez mais urbana. Num futuro próximo estima-se que cerca de 70% da população viva nas cidades, um desafio que exige «pensar já hoje nas cidades que estamos a construir», disse Miguel de Castro Neto, professor da NOVA Information Management School, referindo que «as cidades cobrem menos de 2% da superfície da Terra, mas alojam 50% da população mundial (em 2050 serão 70%); consomem 75% da energia mundial e produzem mais de 80% das emissões de CO2».



Miguel de Castro Neto, professor da NOVA Information Management School; David Martínez Garcia, director de la Comisión del 22@de Barcelona; Filipe Araújo, vice-presidente da Câmara Municipal do Porto e vereador do pelouro do ambiente e inovação

Diferentes agentes de vários quadrantes têm-se empenhado em contribuir para «a construção de cidades com futuro», é o caso da Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas – AICCOPN que lançou a marca R.U.- I.S. – Reabilitação Urbana Inteligente e Sustentável, com o objetivo de «qualificar as empresas e aumentar os níveis de exigência profissional», explicou Luís Saraiva, Secretário-Geral da AICCOPN. Uma necessidade reconhecida pelas empresas que responderam afirmativamente à iniciativa, que já ultrapassou a primeira centena de empresas qualificadas com a marca R.U.- I.S. «Esta marca é uma garantia de confiança e que queremos que, em breve, seja uma exigência do próprio mercado. As empresas detentoras da marca R.U.-I.S. subscrevem um Código de Conduta o qual pressupõe respeitar as normas e boas práticas de construção, o cumprimento das normas legais em vigor e a transparência na relação com os seus clientes», explicou Luís Saraiva.

Falar em Smart Cities «não é só falar em cidades tecnológicas», afirmou Carl Piva, managing director TM Forum Smart City Initiative. Falar em cidades inteligentes «é em primeiro lugar, e sobretudo, falar na forma como as pessoas vivem nas cidades e como as cidades se podem renovar para melhor servirem as necessidades das pessoas». «É sobre conectar as necessidades dos cidadãos e o respeito pelo meio ambiente, com o apoio da tecnologia e pelas empresas».

«Tudo começa com financiamento», reconheceu Carl Piva. Este será um dos pontos fundamentais na construção da almejada relação entre as necessidades dos cidadãos e as necessidades do meio ambiente. «Cidadania, políticas públicas e de governance coesas, mais informação e uma rede de TIC integrada que dê suporte às várias necessidades».

David Martínez Garcia, apresentou o caso22@ de Barcelona, a regeneração urbana de um antigo distrito industrial, em Espanha. Trata-se de um investimento, de natureza pública, na ordem dos 180 milhões de euros que permitirá criar 4 milhões de metros quadrados de espaços construídos, 4000 habitações a custos controlados e poderá criar 130 mil empregos.



## A MOBILIDADE NOS CENTROS URBANOS SERÁ UM DOS PRINCIPAIS TEMAS DAS AGENDAS AUTÁRQUICAS DOS PRÓXIMOS ANOS



Miguel de Castro Neto, professor da NOVA Information Management School

Marta Esteves Costa, diretora de research & consultoria da Cushman & Wakefield trouxe outro tema essencial a esta discussão, a qualidade de vida no local de trabalho. «Cada vez mais valorizada pelas empresas, pelo impacto direto na produtividade e na captação de talento», notou. Uma realidade que não passa despercebida à indústria do imobiliário que «começa a adaptar-se a esta nova realidade – a certificação ‘Well Building Institute’».

A par das smart cities, Marta Esteves Costa, destacou também uma nova tendência, as tech cities, «cidades que levam a tecnologia ao último nível, fomentando um ambiente que promove a inovação tecnológica como parte integrante da vida dos seus habitantes». Estas cidades apresentam um conjunto de características diferenciadoras, nomeadamente: instituições académicas de topo, integradas com a comunidade; disponibilidade de venture capital; as ligações áreas e terrestres disponíveis; as infraestruturas tecnológicas num âmbito potenciado pelo «empenho e compromisso das entidades públicas», sublinhou.

A ordem de trabalhos encerrou com uma mesa de debate moderada por António Gil Machado, diretor da Vida Imobiliária, e que contou com as participações de David Martínez Garcia, Miguel de Castro Neto e Filipe Araújo, vereador do pelouro do Ambiente e Inovação da Câmara Municipal do Porto.

Em destaque neste debate estiveram as questões da mobilidade. E se a mobilidade elétrica é reconhecida por todos como o futuro, a organização da malha urbana – postos de carregamento e lugares de estacionamento – são desafios. Em Barcelona «o tráfego automóvel e o estacionamento são problemas graves. Ter um carro estacionado a ocupar espaço público é um luxo que pagamos todos», disse David Martínez Garcia. E, no entanto, «os carros só são utilizados 10% do tempo, e 30% deste tempo é passado a procurar sítio para estacionar», referiu Miguel Castro Neto. «É preciso arranjar uma solução para este problema, que pode passar até pela reserva de espaços pelo smartphone, e até fazer leilões por esse espaço e, ainda, reformular os modelos de transportes públicos».

No que diz respeito ao caso concreto da cidade do Porto, o vereador do pelouro do Ambiente e Inovação, Filipe Araújo, falou de «uma cidade que está a crescer» e que enfrenta «problemas de estacionamento que não passam despercebidos», disse. E acrescentou, «estamos a trabalhar em soluções diversas, que partilham a mesma premissa, num modelo de gestão e logística para cidades inteligentes, cidades com futuro».



David Martínez García, director de la Comisión del 22R de Barcelona



Carl Piva, PV Strategic Programs at TM Forum, em vídeo conferência



António Gil Machado, diretor Vida Imobiliária



António Gil Machado, diretor da Vida Imobiliária, Miguel de Castro Neto, professor da NOVA Information Management School, e Filipe Araújo, vice-presidente da Câmara Municipal do Porto e vereador dos pelouro do Ambiente e Inovação.

---

**A SEMANA DA REABILITAÇÃO URBANA AFIRMA-SE COMO O MAIS IMPORTANTE MEETING POINT NACIONAL ENTRE PRIVADOS E PODERES PÚBLICOS, CONQUISTANDO UMA CADA VEZ MAIOR ATENÇÃO DOS ESPECIALISTAS INTERNACIONAIS.**

---



NÃO CORRA RISCOS.

NÃO PROMOVA  
A ILEGALIDADE NEM  
A CLANDESTINIDADE.

# 5 MOTIVOS PARA CONTRATAR UMA EMPRESA QUALIFICADA R.U.-I.S.

## **CONFIANÇA**

A empresa está legalmente habilitada para o exercício da atividade, assegurando a conformidade com a regulamentação em vigor.

## **COMPROMISSO**

A empresa assume o cumprimento de um Código de Conduta Empresarial e o respeito do Regulamento R.U.-I.S.

## **SEGURANÇA**

A empresa tem Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho devidamente organizados e contrato de Seguro de Acidentes de Trabalho para o pessoal que emprega e para a atividade desenvolvida.

## **SOLIDEZ**

A empresa cumpre indicadores financeiros e posiciona-se no mercado numa ótica de continuidade e de capacidade de resposta às suas obrigações.

## **QUALIDADE**

A empresa adota práticas de sustentabilidade e promove a qualificação dos seus Recursos Humanos, o que lhe permite oferecer, para cada caso, soluções mais eficientes e inovadoras.

**SAIBA MAIS EM [AICCOPN.PT](http://AICCOPN.PT)**

07 DE NOVEMBRO (PARTE I)

# UM BALANÇO CRÍTICO A 10 ANOS DE CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA

Os edifícios representam cerca de 40% do consumo total de energia da União Europeia (UE) e aproximadamente 60% do consumo em Portugal. São um 'setor chave' nas estratégias europeias a longo prazo, cujas metas e objetivos são cada vez mais ambiciosos e exigentes.

---

O Sistema Nacional de Certificação Energética dos Edifícios (SCE) completou 10 anos e mantém os mesmos princípios orientadores: informar do desempenho energético dos edifícios, classificando-os de modo a que o consumidor final os possa comparar e escolher em função da classe energética; apresentar um quadro de medidas de melhoria, identificadas pelo Perito Qualificado, que conduzam à melhoria da eficiência energética, do conforto e da eventual redução dos consumos de energia para diversos fins; e identificar as componentes dos edifícios e os seus sistemas técnicos, permitindo assim cadastrar, num único documento, informação relacionada com o desempenho energético e que por vezes não está ao alcance imediato do utilizador do edifício.

## A CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA É OBRIGATÓRIA. SERÁ ISTO SUFICIENTE?

Em apenas dez anos a certificação energética ganhou carácter obrigatório, mas será isto suficiente? Para o professor Vasco Peixoto de Freitas, catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), «*falta o reconhecimento das mais-valias da certificação energética pelos operadores*» e alerta que «*a certificação energética deve ser refletida de forma a que a procura de edifícios ou frações habitacionais A+ não conduza a edifícios que não são mais do que complexos ‘mecanismos’, com custosas e complexas manutenções, sem que haja um efetivo benefício para os utilizadores*».

---

## EM 10 ANOS FORAM EMITIDOS MAIS DE 1.250.000 CERTIFICADOS ENERGÉTICOS.

---

Já em 2020 Portugal deverá ter reduzido os seus consumos de energia em 20%. Em 2030 as metas foram fixadas em 27% de redução no consumo de energia, 40% de redução das emissões de carbono (em relação a 1990) e o aumento de 27% da utilização de energias renováveis. Para 2050 o objetivo é a redução em 90% das emissões de carbono (comparativamente aos níveis de 1990).

## A CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA MERECE TODA A ATENÇÃO!

Além da «*necessidade de credibilizar o certificado energético*» e de «*rever o modelo de certificação energética*», o professor Vasco Peixoto de Freitas sublinhou a importância de desenvolver «*regulamentação específica para a reabilitação urbana*», porque «*a certificação energética de um edifício antigo não pode ser igual à certificação de um edifício novo*». De acordo com os Censos 2011, há 3 544 389 edifícios em Portugal, dos quais 2 500 000 fogos são anteriores a 1990, ou seja, com mais de 30 anos.

O setor aguarda com alguma expectativa a execução do ‘*Projeto Reabilitar como Regra*’, anunciado no âmbito da ‘*Nova Geração de Políticas de Habitação*’. No decorrer de 2018, o Governo pretende realizar uma revisão do enquadramento legal e regulamentar da construção, de modo a adequá-lo às exigências e especificidades da reabilitação de edifícios. Foi aprovada a criação de grupo de trabalho que irá «*proceder ao diagnóstico da situação atual*» e «*propor um modelo global para a adequação das normas técnicas da construção à reabilitação de edifícios*».

## EFICIÊNCIA ENERGÉTICA É CONDIÇÃO DE ACESSO AO IFRRU 2020

E se o conforto é a primeira razão para apostar na certificação energética, hoje a melhoria energética é também condição de acesso aos benefícios fiscais e ao financiamento.

A verba disponível no âmbito do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020) destina-se ao apoio de operações de reabilitação integral de edifícios com idade igual ou superior a 30 anos (ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação ‘*mau*’ ou ‘*péssimo*’, de acordo com o Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31-12), assim como à reabilitação de espaços e unidades industriais abandonadas e à reabilitação de frações privadas inseridas em edifícios de habitação social que sejam alvo de reabilitação integral. Este instrumento foi desenhado para apoiar operações de reabilitação urbanas e as soluções integradas para a promoção de eficiência energética dessas intervenções.

---

**«O CERTIFICADO ENERGÉTICO É UMA OPORTUNIDADE PARA O PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL OBTER POUPANÇAS ENERGÉTICAS COM IMPACTO NAS SUAS DESPESAS CORRENTES, VALORIZAR O PATRIMÓNIO, OBTER BENEFÍCIOS FISCAIS E ACEDER A FINANCIAMENTOS, SENDO TAMBÉM UMA OPORTUNIDADE PARA A BANCA REFORÇAR A CONFIANÇA AO INVESTIMENTO NO PATRIMÓNIO EDIFICADO».**

RUI FRAGOSO, DIRETOR DE EDIFÍCIOS DA ADENE,  
NA V SEMANA DA REABILITAÇÃO URBANA DO PORTO

---

07 DE NOVEMBRO (PARTE II)

# NÃO SÃO OS SISMOS QUE MATAM AS PESSOAS. SÃO OS EDIFÍCIOS

Especialistas do setor da construção desdobram os alertas e reafirmam a importância da avaliação da segurança e do reforço estrutural do parque edificado «questões essenciais que continuam a ser pouco percecionadas», referiu o professor António Arêde, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP).



Alexandre Costa, ISEP / NCREP



António Arêde, FEUP

Em Portugal, a história ficou marcada pelo sismo de 1 de novembro de 1755 que atingiu uma magnitude aproximada de 8,75 e que deu origem a um tsunami com cerca de 15 metros de altura, tendo provocado grande número de mortos e a destruição de vários edifícios na cidade. Desde então «*pouco ou quase nada*» tem sido feito para prevenir as consequências de um novo sismo, ainda que esteja confirmada a ocorrência de um grande sismo em Portugal. O professor António Arêde, que falava no âmbito do ciclo de workshops Reabilitação Urbana Inteligente e Sustentável, “*R.U.-I.S.*”, no âmbito da V edição da Semana da Reabilitação Urbana do Porto, sublinha a «*vulnerabilidade do património edificado*» e alerta para a importância deste assunto quando a reabilitação urbana está na ordem do dia. «*A reabilitação urbana é uma oportunidade*», que pode ser boa ou má dependendo da qualidade da obra realizada e continua explicando que «*se substituirmos pavimentos de madeira por lajes de betão armado podemos estar a agravar muito a vulnerabilidade sísmica do edifício. A intervenção deverá partir sempre da avaliação e caracterização do pré-existente e contemplando sempre o reforço global do sistema estrutural*».

Para o professor «*impõe-se garantir que as obras, nova construção ou reabilitação urbana, tenham um enquadramento legal atento às necessidades de avaliação da segurança e reforço estrutural*».

### «A REABILITAÇÃO DEVERÁ SER USADA PARA MITIGAR O RISCO SÍSMICO»

Uma abordagem estratégica complementada pela técnica do engenheiro Alexandre Costa, do Instituto Superior de Engenharia (ISEP) e membro do gabinete de engenharia civil NCREP – Consultoria em Reabilitação do Edificado e Património, Lda que apresentou como caso de estudo a intervenção, em desenvolvimento, no Palacete Quinta do Espírito Santo, um edifício do final do séc. XVIII e imóvel de interesse municipal, em Odivelas.

«*Como princípio de intervenção todos os elementos estruturais serão interligados*», contou acrescentando que serão colocados reforços do pavimento; serão feitas ligações das paredes perpendiculares à fachada e criados apoios de vigas de pavimento em cantoneira de abas iguais. «*Apenas exemplos*», disse frisando que «*são várias as ferramentas disponíveis e diversas as soluções quer para madeira quer para alvenaria ou para betão armado*».

E sobre os custos inerentes ao reforço sísmico, os especialistas desmistificam mitos: «*não é uma operação obrigatoriamente cara*», disse Alexandre Costa acrescentando que «*a grande dificuldade está no equilíbrio entre a intrusividade e o reforço sísmico*».

---

**A INTERVENÇÃO COM VISTA AO REFORÇO SÍSMICO PODE SER DIVIDIDA EM TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO AO NÍVEL DAS FUNDAÇÕES, NOMEADAMENTE POR INJEÇÃO E JET-GROUNDING; LOCAL, ATRAVÉS DE INJEÇÃO DE FENDAS OU CONFINAMENTO TRANSVERSAL DE PAREDES; E GLOBAL, POR VIA DO REFORÇO DE PISOS E LIGAÇÕES PISOS-PAREDES.**

---




---

**«O RISCO SÍSMICO É UMA REALIDADE E A REABILITAÇÃO DEVERÁ SER USADA PARA MITIGAR O RISCO SÍSMICO E NÃO COMO AGRAVANTE»**

ALEXANDRE COSTA

---

08 DE NOVEMBRO (PARTE I)

# A REABILITAÇÃO DA COBERTURA DO PALÁCIO DA BOLSA, CASE STUDY

A reabilitação da estrutura transparente e opaca da cobertura do Palácio da Bolsa foi o case study proposto pelo professor Vasco Peixoto de Freitas, uma grande intervenção que acima de tudo procurou «não destruir o que de excepcional foi feito no passado».

---

Perante um sem número de patologias, todas muito frequentes naquele tipo de edificação, o professor falou de uma «extraordinária conservação» de algumas das estruturas. «O cenário apresentado e os princípios éticos das intervenções neste tipo de património conduziram-nos a um natural esforço para a mínima intervenção». Na operação mais vasta de reabilitação das coberturas e fachadas do Palácio da Bolsa, a reabilitação da cobertura envidraçada do Pátio das Nações destaca-se, num lugar central na organização do edifício. «Esta cobertura sofreu diversas intervenções ao longo do tempo que, entre outros efeitos, retiraram luminosidade, dificultaram o acesso e limpeza e introduziram elementos dissonantes», pelo que um dos objetivos daquela intervenção era «devolver ao Pátio das Nações a luminosidade e desempenho a nível de estanquidade, controlo solar, ventilação e controlo das condensações adequados».

Outro aspeto destacado pelo professor tem a ver com o sistema de ventilação estudado e implementado naquela cobertura. «Associado aos lanternins de ventilação/iluminação da cobertura foi ainda instalado um sistema de ventilação, comandado de forma automática ou manual, para permitir o controlo das condições higrotérmicas de forma a minimizar o risco de condensações e o sobreaquecimento no período de Verão».

## «TRABALHAR SOBRE O PATRIMÓNIO É SEMPRE UM PRIVILÉGIO»

Palavras do professor Vasco Peixoto de Freitas, acrescentando que «é um dever trabalhar respeitando, não descaracterizando um edifício que é excecional», pelo que «no diagnóstico o primeiro momento é a interpretação, tão precisa quanto possível, do funcionamento das estruturas do passado, um levantamento rigoroso e pormenorizado», uma informação que ditará a tomada das decisões e as consequências.



08 DE NOVEMBRO (PARTE II)

# REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS DOS CENTROS HISTÓRICOS, UMA PROPOSTA METODOLÓGICA



Amorim Faria, FEUP / SOPSEC

Quando trabalhamos em construção «devemos fazer algo com valor para o futuro». Foram as palavras do professor Amorim Faria, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), dando as boas-vindas a todos os que marcaram presença no ciclo de workshops Reabilitação Urbana Inteligente e Sustentável “R.U. – I.S.”, na tarde do dia 8 de novembro.

«A dinâmica da reabilitação de edifícios para habitação e comércio nos centros históricos de cidades portuguesas e que progressivamente parece estender-se a todo o espaço urbano exige uma metodologia», referiu o professor. «A intervenção em edifícios antigos deverá começar pelo reconhecimento da estrutura pré-existente, pelo levantamento, inspeção e diagnóstico das condições necessárias para o desenvolvimento do programa de intervenção e do projeto de execução».

«É importante demolir de forma progressiva, mas rápida, antes do levantamento e da inspeção e diagnóstico, durante aqueles processos e no início da obra, criando um ‘campo de trabalho limpo’», mas «sem nunca eliminar nenhum elemento sem ter certeza». E se tetos falsos irrecuperáveis ou com pouco valor patrimonial ou arquitetónico, normalmente de estuque, não levantam muitas dúvidas no momento de tomar decisões, elementos estruturais visíveis ou ocultos (por exemplo, pilares embebidos ou paredes suporte em madeira) requerem «uma análise pormenorizada e detalhada, sendo possíveis demolições localizadas e de impacto controlado».

Completo o plano de sondagens, «cuidado e formal», deverá ser desenvolvida a rede de acessos e comunicações verticais e horizontais, momento no qual é «essencial» resolver a segurança contra incêndios, a que acresce o desenvolvimento do trajeto esquemático de redes de infraestruturas. Razões de segurança e estética exigem também a afinação geométrica, por exemplo, a correção de escadas muito inclinadas, degraus pouco confortáveis, corredores estreitos, paredes não ortogonais entre si, paredes “fora de prumo”. A fase seguinte deverá desenvolver o projeto de estabilidade, começando pela eliminação de quaisquer anomalias estruturais existentes, «o projeto não deverá avançar antes de problemas estruturais identificados e solucionados ao nível dos princípios e metodologias de resolução e das dimensões e localização dos elementos estruturais», sublinhou o professor.

A exemplificar esta metodologia, o professor Amorim Faria apresentou os projetos desenvolvidos num prédio de Alfama, em Lisboa, com 6 pisos, 35 metros quadrados por piso e um prédio localizado na Rua do Infante D. Henrique, na Ribeira do Porto.

---

**«O PROJETO NÃO DEVERÁ AVANÇAR ANTES DE PROBLEMAS ESTRUTURAIS IDENTIFICADOS E SOLUCIONADOS AO NÍVEL DOS PRINCÍPIOS E METODOLOGIAS DE RESOLUÇÃO E DAS DIMENSÕES E LOCALIZAÇÃO DOS ELEMENTOS ESTRUTURAIS»**

PROFESSOR AMORIM FARIA

---



09 DE NOVEMBRO (PARTE I)

# SEGURANÇA EM OBRAS DE REABILITAÇÃO URBANA

A segurança será sempre uma questão prioritária para os trabalhadores do setor da construção, razão pela qual a AICCOPN, no âmbito do ciclo de workshops Reabilitação Urbana Inteligente e Sustentável “R.U.-I.S” convidou o professor Tato Dias, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), para comentar algumas questões da segurança em obras de reabilitação urbana.

---

Tato Dias, FEUP

Depois da crise que abalou a construção nacional, o setor parece dar sinais de retoma alavancado pela dinâmica da reabilitação urbana, cujo peso relativo no setor tem crescido sucessivamente ano após ano.

A Lei é clara «ninguém poderá ser despedido por ter reclamado contra a falta de segurança dos locais de trabalho, das instalações e dos aparelhos ou máquinas ali empregados», referiu o professor Tato Dias, professor da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP). O Decreto-Lei n.º 41820/58, de 11 de agosto, que aprova as disposições atinentes à segurança e proteção do trabalho nas obras de construção civil. A que acrescem o Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, condições de segurança e de saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis, o Decreto-Lei n.º 155/95, de 1 de julho. Apesar do quadro legal reforçado e das exigências europeias em matéria de segurança e saúde no trabalho, o setor da construção continua a ser aquele em que se regista «o maior número de acidentes, os mais graves e com maior taxa de mortalidade».

#### «O SETOR CONTINUA SEM ENCONTRAR SOLUÇÃO PARA A SUA ALTA SINISTRALIDADE»

Entre as últimas novidades legislativas destacam-se o Decreto-lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, transpõe para o direito interno a Diretiva 2012/18/UE (SEVESO III) e estabelece o regime de prevenção e controlo de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e limitação das suas consequências para a saúde humana e o ambiente.

O Decreto-Lei n.º 236/2003, transpõe para a ordem jurídica nacional a diretiva n.º 1999/92/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro, relativa às prescrições mínimas destinadas a promover a melhoria da proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores suscetíveis de serem expostos a riscos derivados de atmosferas explosivas

## O PESO DO SETOR DA REABILITAÇÃO URBANA, NA ATIVIDADE DA CONSTRUÇÃO, CRESCERAM DE 25,6%, EM 2011, PARA 31,4%, EM 2016

DADOS DO INE



Eng.ª Cristina Cardoso, responsável dos Serviços de Engenharia da AICCOPN e anfitriã do ciclo de workshops AICCOPN

NO FINAL DE 2015, EXISTIAM NO SECTOR DA CONSTRUÇÃO 18.650 EMPRESAS HABILITADAS COM ALVARÁ (ATUAL ALVARÁ DE EMPREITEIRO DE OBRAS PÚBLICAS E DE OBRAS PARTICULARES) E 28.329 COM TÍTULO DE REGISTO (ATUAL CERTIFICADO DE EMPREITEIRO DE OBRAS PÚBLICAS E OBRAS PARTICULARES)

DADOS IMPIC, I.P.

09 DE NOVEMBRO (PARTE II)

# EXEMPLO DE BOAS PRÁTICAS NA REABILITAÇÃO URBANA

Vencedor do Prémio Nacional de Reabilitação Urbana 2017, na categoria 'Melhor Solução de Eficiência Energética', o Edifício Padaria foi case study do último workshop do ciclo de sessões organizadas pela AICCOPN, no âmbito da iniciativa Reabilitação Urbana Inteligente e Sustentável "R.U.-I.S."



Ricardo Santos, Engenheiro Civil da Construtora Rielza

O engenheiro Ricardo Santos, membro da equipa da construtora Rielza, responsável pela execução desta obra, foi o orador convidado a apresentar esta obra, desenvolvida a partir do projeto da arquiteta Diana Barros.

Localizado na Rua de São Bento da Vitória, no Centro Histórico do Porto, o edifício Padaria é constituído por três pisos e apresenta uma área de construção de 500 metros quadrados. «Tendo em conta o seu estado de conservação razoável e as características arquitetónicas desta casa, o atual proprietário decidiu não descaracterizar o edifício», contou Ricardo Santos. Foi adotado um programa que manteve a compartimentação interior existente, mas cujo projeto de arquitetura transformou a cozinha, salas e quartos em escritórios para arrendamento.

«O projeto de adaptação procurou reaproveitar ao máximo os recursos existentes no edifício, tirar partido da sua orientação, exposição solar, dos ventos e do solo, introduzir sistemas autónomos de arrefecimento e aquecimento passivos, utilização de materiais naturais e aproveitamento das águas das chuvas e águas de sabão», explica. «Os sistemas propostos procuraram uma total autonomia do edifício, mas sim, um aproveitamento máximo dos recursos disponíveis de forma passiva e natural sem introdução de equipamentos e sistemas dispendiosos ou com elevado consumo energético», acrescenta.

### «É POSSÍVEL OPTAR POR SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS EM EDIFÍCIOS SITUADOS EM ZONAS HISTÓRICAS»

«No decorrer da empreitada de construção assumimos o desafio de transformar o edifício num caso de estudo. Até onde podemos ir na obtenção da eficiência energética na reabilitação e demonstrar que é possível optar por soluções sustentáveis em edifícios situados em zonas históricas». Este é também um exemplo, acrescentou Ricardo Santos de «um promotor que não investe no retorno imediato do seu investimento, mas na responsabilidade social de manter vivo o que nos caracteriza como sociedade responsável que valoriza a sua cultura e o seu passado histórico».

ANTES



DEPOIS



# PROGRAMA CASA EFICIENTE 2020 APOIA REABILITAÇÃO A ENERGÉTICA

Estão abertas as candidaturas ao Programa Casa Eficiente 2020, com uma dotação de 200 milhões de euros destinada a apoiar obras que promovam a melhoria do desempenho ambiental dos edifícios de habitação particular.



Apresentado em abril de 2018, o Programa Casa Eficiente 2020 nasce da concertação entre o Governo, a Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI) e o setor bancário, que financia o Programa com um total de 200 milhões de euros, dos quais 100 milhões provenientes da linha de financiamento do Banco Europeu de Investimento (BEI) e 100 milhões disponibilizados pelos Bancos Comerciais aderentes (Caixa Geral de Depósitos, Millennium BCP e Novo Banco).

Este programa, de âmbito nacional, visa conceder «*empréstimo em condições favoráveis a operações que promovam a melhoria do desempenho ambiental dos edifícios de habitação particular, com especial enfoque na eficiência energética e hídrica, bem como na gestão dos resíduos urbanos*», pode ler-se no portal oficial do Programa. Podem candidatar-se proprietários de prédios residenciais ou suas frações, bem como os respetivos condomínios. Pode também candidatar-se o arrendatário do prédio ou fração autónoma a reabilitar, desde que devidamente autorizado pelo proprietário, bem como o titular de outro direito real que lhe permita promover a execução das intervenções. As operações tanto podem incidir nas partes privadas como nas partes comuns.

O Casa Eficiente vai apoiar intervenções que podem incidir na envolvente construída dos edifícios, nomeadamente nas paredes, coberturas ou janelas, e nos seus sistemas, como é o caso do sistema de iluminação, ventilação, produção de água quente sanitária, redes prediais, dispositivos sanitários ou sistemas de rega. A lista completa de obras elegíveis consta do novo portal, que disponibiliza também um simulador que permite calcular as poupanças ambientais e financeiras associadas às operações que o candidato pretende realizar. De referir que o orçamento das obras deverá ser solicitado às empresas que integram o diretório de empresas qualificadas, as únicas autorizadas a executar operações no âmbito deste Programa. Qualquer empresa poderá integrar aquele diretório, de inscrição voluntária e gratuita, desde que cumpra determinados requisitos previstos no regulamento do Programa, nomeadamente estar habilitada para o exercício da atividade de construção.

Depois de efetuada a simulação, é escolhida a empresa responsável pela execução da intervenção e emitida a ‘*Declaração Casa Eficiente*’, que o candidato deverá entregar, para análise, junto de uma das instituições bancárias associadas ao Programa. Caso a apreciação da candidatura pelo banco seja favorável, é celebrado o contrato de empréstimo entre a instituição bancária selecionada e o candidato, após o que se seguirá a realização da obra.

## ESTÁ DISPONÍVEL DESDE O DIA 18 DE JUNHO, NOS BALCÕES DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, DO MILLENNIUM BCP E DO NOVO BANCO, O PROGRAMA CASA EFICIENTE

### CASA EFICIENTE PODE BENEFICIAR CERCA DE 12 MIL HABITAÇÕES

Para o período de 2018 a 2021, o valor total de financiamento do Programa é de 200 milhões de euros, que irão financiar a eficiência energética e hídrica de cerca de 12 mil habitações privadas.

«*A estimativa das 12 mil habitações decorre de um valor médio de intervenção na ordem dos 12.500, 13.000 euros por habitação*», assinalou Pedro Marques, ministro do Planeamento e das Infraestruturas, durante a apresentação do Programa, no dia 13 de abril, na sede da Ordem dos Engenheiros, em Lisboa.

Na mesma ocasião, o vice-presidente do BEI, Andrew McDowell, referiu que o BEI quer «*aprender e poder replicar noutros lados*» o modelo de apoio do Casa Eficiente, o que, para Pedro Marques, só demonstra a relevância do mesmo.



# IFRRU 2020 APOIA PROJETOS DE NORTE A SUL DO PAÍS

Estão abertas as candidaturas ao financiamento de projetos no âmbito do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020). No total, este programa poderá potenciar um investimento superior a 2 mil milhões de euros.



Em 2015, quando anunciou a criação do IFRRU 2020, o Governo vincou a «*afirmação da reabilitação urbana como eixo prioritário da política urbana*». Volvidos cerca de dois anos, foi publicado, a 30 de outubro, o Aviso de Abertura de Candidaturas ao IFRRU 2020, com uma verba inicial de 1,4 mil milhões de euros, a maior dotação orçamental alguma vez prevista para programas neste domínio, e que poderá alavancar um investimento superior a 2 mil milhões de euros.

O financiamento destina-se ao apoio de operações de reabilitação integral de edifícios com idade igual ou superior a 30 anos (ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação ‘*mau*’ ou ‘*péssimo*’, de acordo com o Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31-12), assim como à reabilitação de espaços e unidades industriais abandonadas e à reabilitação de frações privadas inseridas em edifícios de habitação social que sejam alvo de reabilitação integral.

Os edifícios reabilitados podem destinar-se a qualquer uso, nomeadamente habitação, atividades económicas e equipamentos de utilização coletiva. Se o edifício se destinar a habitação, tem de estar localizado na área definida pelo município no Plano de Ação de Rege-

neração Urbana (PARU). Se não se destinar a habitação, basta estar localizado numa Área de Reabilitação Urbana (ARU). Se a operação incidir numa fração privada inserida num edifício de habitação social, tem de estar localizada na área delimitada pelo município no Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD).

No mesmo pedido de financiamento, o IFRRU 2020 apoia as intervenções de reabilitação urbana e as soluções integradas para a promoção de eficiência energética no âmbito dessas mesmas intervenções. Os apoios estendem-se a todo o território nacional e a todo o tipo de beneficiários, sejam pessoas singulares ou coletivas, públicas ou privadas. Para os projetos que não disponham de garantia bastante, o IFRRU 2020 disponibiliza ainda uma garantia através do Sistema Português de Garantia Mútua, esta apenas acessível a empresas.

Os promotores dos projetos podem aceder ao IFRRU 2020 através da banca comercial, que assegura empréstimos com condições mais vantajosas face às atualmente existentes no mercado. Cada operação está limitada a 20 milhões de euros, na componente de reabilitação urbana, e a 10 milhões de euros, na componente de eficiência energética. As candidaturas deverão ser apresentadas junto de um dos quatro bancos selecionados, através de concurso público internacional, para atuar no âmbito do IFRRU 2020: o Santander, o Banco Português de Investimento (BPI), o Millennium BCP e o Banco Popular Portugal.

Para formalizar a candidatura, os promotores deverão, previamente, obter um parecer de enquadramento do projeto junto da Câmara Municipal da área em que este será implementado, através de um interlocutor IFRRU 2020 designado para o efeito pela Câmara, que deverá acompanhar todo o processo. Além disso, deverão obter o certificado energético do imóvel a reabilitar, elaborado por um perito qualificado registado na Adene. Só depois de reunidos estes elementos, é que os interessados deverão formular o pedido de financiamento junto de qualquer balcão da rede comercial de um dos bancos selecionados.

# FAZ OBRAS DE REABILITAÇÃO? QUALIFIQUE AGORA A SUA EMPRESA.



 **AICCOPN**  
Associação dos Industriais da Construção  
Civil e Obras Públicas

## EMPRESA QUALIFICADA R.U.-I.S. 2018

# R.U.-I.S.

**REABILITAÇÃO URBANA  
INTELIGENTE E SUSTENTÁVEL  
EMPRESA QUALIFICADA**

A Marca R.U.-I.S é um símbolo de confiança, que garante o cumprimento de um referencial de qualificação. As empresas aderentes comprometem-se a respeitar e a fazer respeitar o Código de Conduta Empresarial.  
A AICCOPN declara que procedeu à verificação dos requisitos legais e competências exigidos, atribuindo a esta empresa, a qualificação na marca R.U.-I.S.  
A Qualificação R.U.-I.S. 2018 é válida até 31 de dezembro de 2018 e a lista de Empresas Qualificadas, bem como o respetivo regulamento podem ser consultados online em:  
<http://reabilitacao.aiccopn.pt>

[WWW.AICCOPN.PT](http://WWW.AICCOPN.PT)

Co-financiado por  
  

**R.U.-I.S. – Reabilitação Urbana Inteligente e Sustentável** é uma marca registada da AICCOPN, que representa um símbolo de confiança para todos os intervenientes na reabilitação: empresas, entidades e público em geral. A **distinção “Empresa Qualificada”** é atribuída mediante o cumprimento de um referencial de qualidade e legalidade. A AICCOPN disponibiliza, a todas as Empresas Qualificadas a apoio e informação relevante no âmbito da Reabilitação, bem como assegura a sua integração e promoção no site <http://reabilitacao.aiccopn.pt>, nas redes sociais e campanhas de comunicação.

**A adesão e a qualificação de empresas é gratuita.**  
**Saiba mais em: [www.aiccopn.pt](http://www.aiccopn.pt)**



# AICCOPN

Associação dos Industriais da Construção  
Civil e Obras Públicas

SEDE | Rua Álvares Cabral, 306 - 4050-040 Porto

T. +351 223 402 200 | [www.aiccopn.pt](http://www.aiccopn.pt) | [geral@aiccopn.pt](mailto:geral@aiccopn.pt)

REABILITACAO.AICCOPN.PT

Cofinanciado por:  
**NORTE2020**  
PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE

PORTUGAL  
**2020**

 UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Europeu  
de Desenvolvimento Regional